

Received:
March 31, 2022

Accepted:
April 28, 2022

Published:
April 30, 2022

Future social impacts arising from the aging of the Portuguese population

Priscilla dos Santos Gomes¹ , Antonio Jorge de Lima Gomes² 

¹ Universidad Columbia del Paraguay, Asunción, Paraguay.

² Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys, Teófilo Otoni, Brazil.

Email address

prissgomes@hotmail.com (Priscilla dos Santos Gomes)

antonio.gomes@ufvjm.edu.br (Antonio Jorge de Lima Gomes)

Abstract

In recent years the population of Portugal is experiencing significant variations. It was found that the total population of Portugal has been decreasing since 2009 when it had 10.64 million inhabitants and in the year 2021 the population was estimated at 10.34 million people and suffered a population reduction of around 300 thousand inhabitants, when compared to 2009. In 1981 the country had 44.9 elderly people for every 100 young people, however in 2021 there are 182.1 elderly people for every 100 young people in a period of just 40 years. The Portuguese population continues on a downward trajectory, which will have a short and medium impact on public health and pension policies. Measures will be needed to alter and change public policies in health, education and especially in social security. Measures must be taken to encourage couples to increase the number of children and incentives must be applied to ensure a gradual increase in the number of children in Portugal.

Keywords: Demographic aging, Public policy, Education, Health, Social security.

1. Introdução

Nos últimos anos a população jovem de Portugal está diminuindo e aumentando a de idosos. No ano de 2009 a população residente em Portugal foi estimada em 10.640.000 pessoas e sofreu uma redução populacional de 300.000 habitantes em comparação com 2021, assinalando que a população portuguesa continua em trajetória de diminuição há mais de uma década.

No ano de 1981 o país tinha um total de 44,9 idosos para cada 100 jovens, no entanto, no ano de 2021 constata-se grande mudança, alcançando o valor de 182,1 idosos para cada 100 jovens num período de apenas 40 anos.

Do total de habitantes de Portugal, no ano de 2017 viviam no país 4.867.692 pessoas do sexo masculino e 5.423.335 do sexo feminino. No ano de 2021 as mulheres ocupam o total de 52,4% da população, admitindo-se que a maioria da população portuguesa, na atualidade, continua sendo de mulheres (PORDATA, 2022).

Segundo dados da INE (2022), apresentamos na Figura (1) a variação da população total de Portugal de 1970 a 2021.

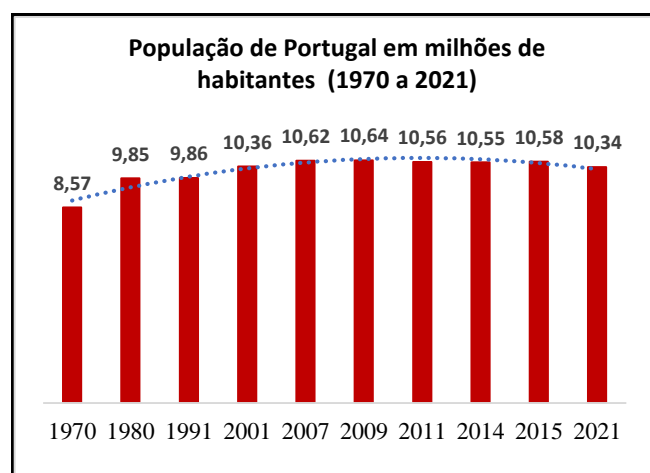


Figura 1 – População de Portugal de 1970 a 2021.

A diminuição da população total associada ao envelhecimento da população e diminuição de jovens, vai impactar a curto e médio prazo, a

necessidade de mudanças das políticas públicas de saúde, educação e previdência social.

A população portuguesa terá que se reorganizar social e politicamente para garantir a manutenção dos direitos conquistados a partir da Constituição de Portugal (1976).

A variação da população poderá acarretar causas e efeitos sociais, que vão comprometer a estabilidade do sistema de saúde e assistência social.

Segundo Honneth (2003) o processo de afirmação do direito à participação política teve como consequência os direitos de bem-estar e foi este o fator preponderante para construção e a estruturação do Estado de bem-estar social. Este entende, que a coletividade jurídica moderna depende da racionalidade e da condição de igualdade entre os indivíduos para que se torne legítima de fato e de direito.

O avanço nas políticas públicas também é resultado das pesquisas sociológicas, mobilizadora de muitos investigadores e docentes que trouxeram resultados e contribuições, sobretudo desenvolvendo princípios universais decorrentes dos fundamentos constitucionais.

Durkheim eternizou sua inquietação em relação aos problemas sociais, esclarecendo que os indivíduos diferem uns dos outros e têm a liberdade de crer, querer e agir conforme suas preferências, e empreende uma análise dos fenômenos morais a partir do ponto de vista social. (Steven, 1985).

Auguste Comte (1975) observava o conhecimento e a sociedade em um processo evolucionário, cujo estágio "inicial" seria o teológico ou fictício; "intermediário", o metafísico ou abstrato; e "final", o científico ou positivo.

Para Max Weber (1964), a racionalização da sociedade moderna está aliada ao desenvolvimento da ciência moderna e da técnica. A sociedade para Weber, constitui um sistema de poder.

Deste modo, numa visão sociológica, o avanço nas políticas públicas é resultado das consequências sociais e políticas de uma determinada sociedade. Cabe ao Estado através das políticas públicas, permitir a criação das diferentes formas e dos diversos modelos de acesso à saúde, assim como suas respectivas relações sociais.

Todas as políticas públicas se efetivam a partir da premissa, de que estas ocorrem efetivamente, a partir do aparelho estatal.

2. Metodologia

Neste trabalho, utilizamos métodos qualitativos, históricos e estatísticos, recorrendo também à informação quantitativa.

O campo de estudos da efetivação das políticas públicas está fortemente atrelado às necessidades de desenvolvimento das melhorias dos processos político-administrativos. São estes estudos, que permitem o desenvolvimento das atividades metodológicas, que visam planificar essas políticas, incluindo-se concomitantemente as de acesso à saúde (Lima e D'Ascenzi, 2013).

De acordo com Theodoulou & Cahn (1995), foi a partir da década de 1960, que as pesquisas de políticas públicas evoluíram a nível global, e dependendo do seu foco principal, podem ser subdivididas em quatro tipos, que são: pesquisa na área substantiva, estudos de avaliação e impactos, processos políticos e desenho político.

Deste modo, as políticas sociais, tanto a nível nacional, quanto a nível local, potencializam o acesso de forma diversa e sinérgica, sobretudo à educação, ao ordenamento do território, às leis trabalhistas, incluindo-se nesse processo o acesso aos serviços de saúde e o bem-estar social.

Foi a partir da década de 1970, e cada vez mais, esta vem sendo empregada com maior frequência, a expressão “políticas públicas”, a qual, começou a ser utilizada no discurso oficial e nos textos das ciências sociais, recobrando o mesmo espaço empírico antes ocupado pela noção de planejamento estatal (Augusto, 1989).

Kingdon (1995) afirma que “desenvolver políticas públicas” pode ser considerado um conjunto de processos. Na década de 1960 esse campo de estudo ainda não era muito significativo, contudo, começavam a emergir pesquisas para identificar as possíveis soluções para alguns problemas sociais.

Os Estados com “orçamentos sociais” evoluíram para a ideia de “políticas públicas”. Não se tratava só de assegurar o acesso a serviços existentes, mas sim de moldar a natureza desses serviços aos objetivos explícitos das políticas sociais, no caso das políticas de saúde (OPSS, 2003).

A pesquisa documental dentro da metodologia qualitativa, permite o estudo de fatos ou pessoas, a partir de dados originais que podem ser reexaminados ou permitem interpretações complementares. Para essa pesquisa documental

podem ser usados materiais oriundos de pesquisas de mercado pesquisas de governos, censos, sendo possível, quando necessário sua reanálise através de métodos quantitativos adequados.

De acordo com Majone & Quade (1980), se verifica que a análise de políticas públicas é uma forma de pesquisa aplicada, desenhada para entender profundamente problemas sociotécnicos e, deste modo, produzirem-se soluções cada vez mais eficientes. A análise de dados foi apoiada por métodos estatísticos.

Foi a partir da década de 1970, cada vez com maior frequência, que a expressão “políticas públicas” começou a ser utilizada no discurso oficial e nos textos das ciências sociais, recobrando o mesmo espaço empírico antes ocupado pela noção de planejamento estatal (Augusto, 1989).

Oliveira (1993), Brasted (1994) e Jacobi (1993) consideram os movimentos sociais como sujeitos importantes no processo de democratização.

Dawson e Robinson (1963) apontavam a necessidade de buscar soluções para os problemas sociais por meio das decisões das políticas governamentais, principalmente para os desafios apontados pelos movimentos sociais da época.

3. Resultados e Discussões

As políticas públicas de saúde são os principais instrumentos de análise e interpretação do estado contemporâneo em defesa do bem-estar social, e neste contexto populacional entrelaçam-se os direitos sociais.

Compete às políticas sociais a criação de pacotes de mitigação às carências de alimentação, habitação e saúde, através de programas, que resultem em mudança estrutural dessa realidade de precariedades.

Desse modo, apresentaremos a seguir os principais resultados obtidos nesta investigação.

Inicialmente analisaremos o índice de fecundidade de Portugal de 1960 a 2020 com base nos dados do PORDATA (2022) que é apresentado na Figura (2).

Este índice representa o número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade).

A diminuição da fecundidade ficou latente a partir da década de 1980 cujo valor foi de 2,25 quando compara da 1960 que era de 3,2.

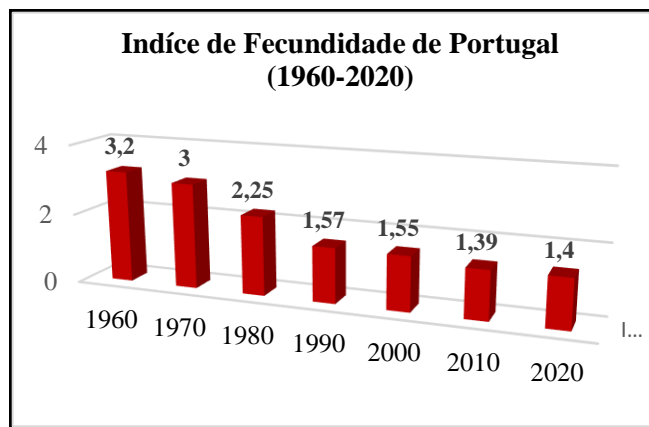


Figura 2 – Índice de fecundidade de Portugal de 1960 a 2020.

O valor em 2020 foi de 1,4 apontando a diminuição de crianças e da população portuguesa, cujas consequências vão afetar em algum momento, o atual custeio da saúde em Portugal, assim como todas as formas de acesso à saúde, quer seja a médio, ou, em longo prazo.

O valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idade, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, sendo observadas num habito de um ano civil.

Na Figura (3) apresentamos a taxa de reprodução em Portugal de 1960 a 2020 com base nos dados do PORDATA (2022).

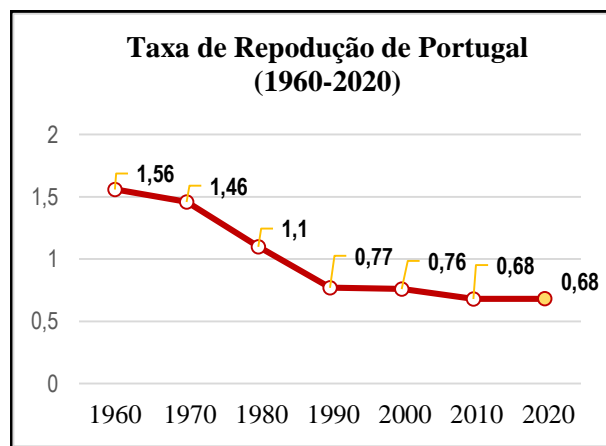


Figura 3 – Taxa de reprodução de Portugal de 1960 a 2020.

No ano de 1960 a taxa de reprodução portuguesa apresentou um valor de 1,56 e diminuiu drasticamente chegando a 0,77 no ano de 1990.

Desde a década de 1990 a taxa de reprodução continuou caindo e no ano de 2010 este valor chegou a 0,68 nos apontando que, a reprodução está praticamente equilibrada nos últimos 20 anos, com valor de 0,68 que se manteve repetido em 2020.

Na Figura (4) apresentamos o índice de envelhecimento de Portugal ocorrido de 1960 a 2021 (PORDATA, 2022).

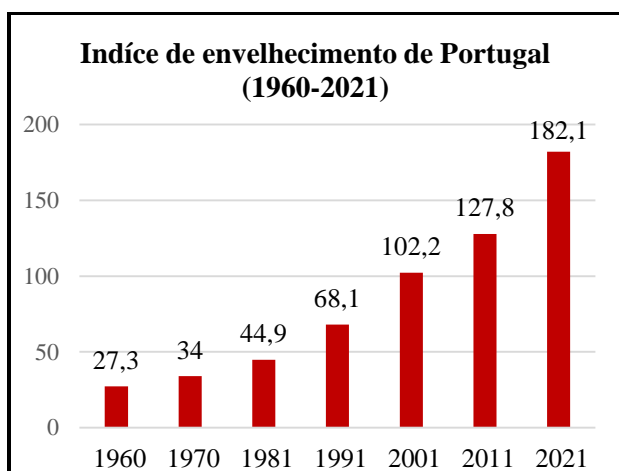


Figura 4 – Índice de envelhecimento de Portugal de 1960 a 2021.

Com base na Figura (4) observa-se que a partir de 1991 o índice já era de 68,1 e praticamente o dobro de 1970 que era de 34.

Com a diminuição da reprodução, a partir da década de 1990, o envelhecimento aumentou consideravelmente e alcançou em 2021 o valor de 182,1 o qual é cerca de seis vezes maior que o de 1970.

Para uma maior compreensão da comparação de jovens e idosos, apresentamos na Tabela (1) o percentual de jovens e idosos em Portugal de 1981 a 2021, como base de dados do PORDATA (2022).

Tabela 1 – Jovens e idosos de Portugal de 1981 a 2021.

| Comparação de Jovens e Idosos em Portugal (1981-2021) | | | | | |
|---|------|------|-------|-------|-------|
| Item | 1981 | 1991 | 2001 | 2011 | 2021 |
| Jovens (%) | 25,5 | 20 | 16 | 14,9 | 12,9 |
| Idosos (%) | 11,4 | 13,6 | 16,4 | 19 | 23,4 |
| Idosos por cada 100 jovens | 44,9 | 68,1 | 102,2 | 127,8 | 182,1 |

Com base nas figuras anteriores, comprova-se que houve diminuição da fecundidade e da reprodução, resultando consequentemente no envelhecimento da que a população.

Analisando-se os dados da Tabela (1) constata-se que no ano de 1981 o país tinha 44,9 idosos para cada 100 jovens, no entanto no ano de 2021 têm-se 182,1 idosos para cada 100 jovens num período de apenas 40 anos.

Na Figura (5) pode-se observar que a situação de jovens e idosos de 1981 se inverte em 2021, com valores estatisticamente similares, comprovando a diminuição de jovens e o aumento do envelhecimento da população.

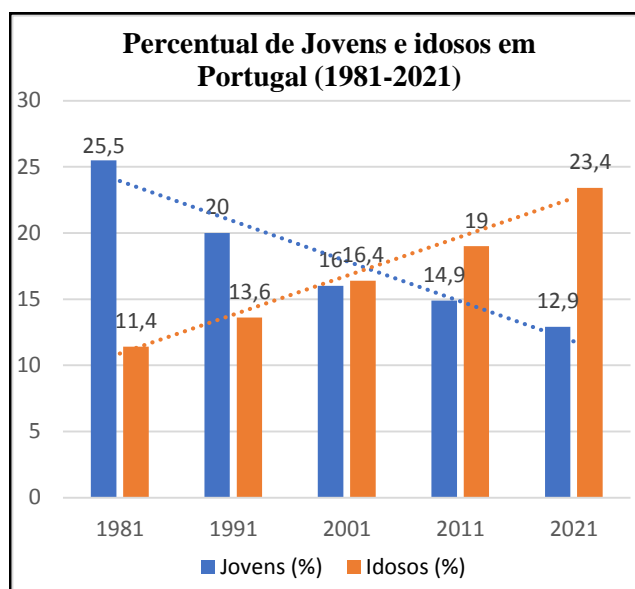


Figura 5 – Comparação percentual de Jovens e Idosos de Portugal de 1981 a 2021.

Analisando-se os dados da Figura (5) constata-se alguns valores merecem ser abordados. Primeiro é que o por volta de 2001 o número de idosos aumentou em torno de 0,4% em relação aos jovens, fazendo com que se constata-se que o número de idosos ultrapassou o número de jovens justamente na virada do século XX para o século XXI.

Observa-se que os valores percentuais de jovens em 1981 são similares ao de idosos em 2021, e vice-versa. Esta análise também pode ser comprovada na Tabela (1) onde temos no ano de 2021 182,1 idosos para cada 100 jovens.

O envelhecimento populacional está cada vez mais evidente nas estatísticas demográficas de Portugal. A sua causa está atrelada à diminuição da natalidade e à elevação da expectativa de vida.

Existem um conjunto de fatores que explicam o aumento da população idosa. No entanto, há uma acentuada redução da taxa de natalidade e constata-se que nas últimas décadas, as mulheres portuguesas vêm tendo um menor número de filhos, o que contribuiu para a redução da taxa de reprodução.

Outro fator que está levando à longevidade da população está relacionado aos avanços tecnológicos recentes da medicina, que possibilitaram uma menor taxa de mortalidade e um consequentemente ao aumento da expectativa de vida.

Um alto percentual de idosos em uma população resulta em consequências sociais e econômicas, que devem ser abrandadas através de políticas públicas.

4. Conclusão

A população total de Portugal está a diminuir desde 2009 quando alcançou o valor de 10,64 milhões de habitantes e no ano de 2021 a população foi estimada em 10,34 milhões de pessoas. Deste modo ocorreu uma redução populacional de cerca de 300 mil habitantes.

O envelhecimento da população portuguesa e a diminuição do número de jovens é uma tendência irreversível a curto prazo em Portugal, que exigirá incentivos e políticas públicas específicas para aumentar a natalidade.

Em 1981 o país tinha 44,9 idosos para cada 100 jovens, no entanto no ano de 2021 têm-se 182,1 idosos para cada 100 jovens num período de apenas 40 anos.

Esta situação é analisada comparativamente tomando como parâmetro o ano de 1960 quando a taxa de reprodução portuguesa apresentava um valor de 1,56 e este valor diminuiu de maneira drástica chegando a 0,77 no ano de 1990, o que contribui para a diminuição de jovens.

Contata-se em 2021 na comparação populacional que o país tem 23,4% de idosos e apenas 12,9% de jovens.

Muitos jovens se mantêm nos estudos até a faixa dos 30 anos, não contribuindo para a seguridade social e demais setores da economia.

A redução de jovens, poderá contribuir para que diminua a arrecadação de impostos sobre a renda e que o poder econômico da população venha a diminuir, e conseqüentemente afetar a contribuição previdenciária.

O envelhecimento crescente da população portuguesa poderá comprometer a sustentabilidade do atual sistema de saúde.

Faz-se necessário formular políticas públicas, sendo imprescindível programá-las num contexto socioeconômico determinado e num horizonte temporal definido.

Em pouco tempo poderá ocorrer comprometimento da estabilidade econômica do Serviço Nacional de Saúde, e majorará o acesso aos tratamentos de saúde, e possivelmente poderão ser criadas medidas que afetarão as atuais políticas públicas de saúde portuguesa.

Devem ser tomadas medidas governamentais para incentivar os casais a aumentar o número de crianças e serem aplicados incentivos para assegurar um aumento gradual do número de filhos em Portugal.

Referências

Augusto, M.H.O., 1989. *Políticas públicas, políticas sociais e política de saúde: algumas questões para reflexão e debate*. Tempo Social, 1(2), pp.105-119.

<https://doi.org/10.1590/ts.v1i2.84772>

Brasted, L.A.L., 1994. *Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas*. Rio de Janeiro: CEPIA.

Comte, A., 1975. *Physique sociale. Cours de philosophie positive, leçons 46 à 60*. Présentation et notes par Jean-Paul Enthoven, Paris, Hermann.

Dawson, R. and Robinson, J., 1963. *Interparty competition, economic variables, and welfare policies in the American states*. Journal of Politics, 25(2), pp.265-289.

<https://doi.org/10.2307/2127465>

Honneth, A., 2003. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34.

Lima, L.L. and D'ascenzi, L., 2013. *Implementação de Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas*. Revista de Sociologia e Política, 21(48), pp.101-110.

<https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000400006>

Oliveira, F., 1993. *Estados, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI*. Rio de Janeiro: FASE.

INE – Instituto Nacional de Estatística, 2022. *Censos 2021*. Disponível em: <https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html> [Acessado em 28 março 2022].

Jacobi, P., 1993. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde em São Paulo, 1974-1984*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.

Kingdon, J.W., 1995. *Agendas, alternatives and public policies*. 2ª ed. New York: HarperCollins College.

Majone, G. and Quade, E.S., 1980. *Pitfalls of Analysis*. London: John Wiley and Sons.

PORDATA – Base de dados Portugal contemporâneo, 2022. *Indicadores de envelhecimento*. Disponível em <<https://www.pordata.pt/Portugal>> [Acessado em 27 março 2022].

OPSS – Observatório Português dos Sistemas de Saúde, 2003. *Relatório Primavera: Saúde que rupturas*, Lisboa: OPSS.

PORTUGAL, 1976. *Constituição da República Portuguesa de 1976*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/parlamento/documentos/crp1976.pdf>> [Acessado em 28 março 2022].

Lukes, S., 1985. *Emile Durkheim, his life and work: a historical and critical study*. Palo Alto, Califórnia: Stanford University Press.

Theodoulou, S.Z. and Cahn, M.A., 1995. *Public Policy: The essential readings*. Prentice Hall, Upper Daddle River: New Jersey.

Weber, M., 1964. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Fondo de Cultura Económica, 1964.